



AVISO PRÉVIO DE GREVE

Comunica-se ao Senhor Primeiro-Ministro, Ministro de Estado e das Finanças, Secretário de Estado da Administração Pública, Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Ministro da Administração Interna; demais membros do Governo, Associação Nacional de Municípios Portugueses; Presidentes das Câmaras Municipais do continente, a todas as entidades empregadoras e associações patronais que, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 392º, 393º, 394º e 396º do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, aprovado pela Lei nº59/2008, de 11 de Setembro e na Secção I, do Capítulo II, artigos 530 a 539 do Código do Trabalho, aprovado pela Lei nº 7/2009, de 12 de Fevereiro, os trabalhadores abrangidos pelo âmbito estatutário desta Federação no continente, independentemente da natureza do vínculo ou contrato, sejam de carreiras gerais, especiais ou corpos especiais, dos Serviços da Administração Directa e Indirecta do Estado, Serviços Departamentais das Forças Armadas, Fundos e Serviços Autónomos, Institutos Públicos, serviços personalizados do Estado, demais pessoas colectivas de direito público, privado e utilidade pública e privada, caixas de previdência, serviços sociais universitários, residências de estudantes, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Hospitais EPE's, Estradas de Portugal, SA, Serviço de Utilização Comum dos Hospitais, Centros de Formação Profissional de Gestão Participada, e demais entidades empregadoras de trabalhadores que prestam serviço nas entidades atrás referidas, irão **exercer o direito à greve no dia 5 de Fevereiro de 2010, entre as 00.00 e as 24 horas, com o objectivo de participar na Manifestação convocada pela Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, com o objectivo de lutar:**

- POR SALÁRIOS E PENSÕES DIGNOS, COM REPOSIÇÃO DO PODER DE COMPRA PERDIDO;
- PELA SUSPENSÃO IMEDIATA DO SIADAP E PELA NEGOCIAÇÃO DE UM SISTEMA DE AVALIAÇÃO QUE VALORIZE OS SERVIÇOS E OS TRABALHADORES E PROMOVA O RECONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DO TRABALHO PRESTADO;
- PELA MANUTENÇÃO DO HORÁRIO SEMANAL DE 35 HORAS E DIÁRIO DE 7 HORAS;
- CONTRA A ADAPTABILIDADE E A FLEXIBILIDADE DOS HORÁRIOS DE TRABALHO;
- PELA REVOGAÇÃO E/OU ALTERAÇÃO DAS NORMAS MAIS GRAVOSAS DA NOVA LEGISLAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA;
- REPOSIÇÃO DAS CONDIÇÕES DE APOSENTAÇÃO ANTERIORES A 2004.

Mais se comunica que em relação aos trabalhadores que laboram em regime de turnos:

- Quando o ciclo se inicia em cada dia de calendário às 20.00 horas ou depois, a greve pode ir do início do ciclo em 4 de Fevereiro de 2010 e prolonga-se até ao fim do ciclo em 5 de Fevereiro de 2010;
- Quando o ciclo se inicia depois das 00.00 horas, em cada dia de calendário, a greve pode ir desde o início do ciclo em 5 de Fevereiro de 2010 e prolonga-se por 24 horas.

Os serviços mínimos são assegurados, nos serviços referidos nos artigos 399º do RCTFP e 537º do Código do Trabalho que funcionem ininterruptamente 24 horas por dia, nos sete dias da semana, propondo-se indicativamente, em termos efectivos, um número igual àquele que garante o funcionamento aos domingos, no turno da noite, durante a época normal de férias, sendo que tais serviços serão fundamentalmente assegurados pelos trabalhadores que não pretendam exercer o seu legítimo direito à greve. Serão ainda assegurados os tratamentos de quimioterapia e hemodiálise já anteriormente iniciados.

Relativamente à segurança e manutenção de instalações e equipamentos:

- Nos serviços que não funcionem ininterruptamente ou que não correspondam a necessidades sociais impreteríveis a segurança e manutenção do equipamento e instalações serão asseguradas nos mesmos moldes em que o são nos períodos de interrupção ou de encerramento;
- Nos serviços que funcionem ininterruptamente e que correspondam a necessidades sociais impreteríveis os serviços necessários à segurança e manutenção do equipamento e instalações serão assegurados no âmbito dos serviços mínimos, sempre que tal se justifique.

Lisboa, 21 de Janeiro de 2010

A Direcção Nacional
da Federação Nacional dos Sindicatos da Função Pública